

ACORDÃO

2ª instância fica para o ano que vem

Câmara e Senado resolvem adiar a discussão do tema

Com apoio da maioria dos líderes partidários, os presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado, Davi Alcolumbre, (DEM-AP), firmaram ontem um acordo para levar adiante a proposta de tramitação mais demorada para retomar a prisão logo após condenação em segunda instância. Uma eventual decisão, assim, fica para 2020.

Em uma reunião com a presença do ministro da Justiça, Sergio Moro, ficou acordado que o projeto de lei, proposta que tramita mais rapidamente, ficará na geladeira do Senado, que criará uma comissão especial para acompanhar a PEC (proposta de emenda à Constituição) que tramita na Câmara.

Ao fim do encontro, Alcolumbre e a presidente da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), Simone Tebet (MS), ressaltaram que, para bater o martelo sobre o acordo, ainda é preciso que a Câmara apresente, na próxima terça-feira (3), o cronograma dos trabalhos.

Lula

A discussão no Congresso ganhou força após a soltura do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), no dia 8 de novembro.

A libertação ocorreu depois de decisão do Supremo Tribunal Federal, que entendeu que condenados em segunda instância não podem começar a cumprir suas penas antes que se esgotem todos os recursos em tribunais superiores, mudando a jurisprudência vigente na corte desde 2016.

Enquanto um projeto de lei é aprovado por maioria simples, uma PEC precisa de três quintos das duas Casas - 308 deputados e 49



Rodrigo Maia e Alcolumbre temem contestações constitucionais

senadores - e é votada em dois turnos, tanto na Câmara como no Senado.

Deputados e senadores dos partidos Podemos, Novo e PSL protestaram durante a reunião. No entanto, essas legendas não têm força suficiente para obstruir votações.

Na Câmara, o Novo está coletando assinaturas para aprovar a urgência na apreciação de um projeto semelhante àquele que o Senado está abrindo mão.

A ala lavajatista do Congresso defendeu que o projeto de lei do Senado e a PEC da Câmara poderiam tramitar simultaneamente e acusaram uma manobra protelatória. Irritados, deixaram a reunião. "Não vamos nos calar se a tendência for uma maneira protelatória em relação a uma resposta à sociedade", disse o líder do PSL no Senado, Major Olimpio (SP).

DIDA SAMPAIO/AE

SAIBAMAI

» O deputado Alex Manente (Cidadania-SP), autor da PEC alvo do acordo, disse que a Câmara deve aprovar seu texto no primeiro semestre de 2020. No Senado, segundo ele, a expectativa é até o final do primeiro semestre, mesmo com o Carnaval em fevereiro e o calendário eleitoral, que costuma desmobilizar o Congresso logo após o fim do prazo de filiações, em abril.

» "Não podemos dar uma resposta que possa ser questionada e modificada rapidamente. Não precisamos resolver em um mês, temos que resolver definitivamente", disse Manente, para quem um projeto de lei seria alvo de questionamentos no STF.

» Moro disse que ambos, projeto de lei e PEC, resolvem a questão, mas evitou defender alguma das medidas.

CRÍTICAS AO STF

Deltan recebe advertência do MP

O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), órgão responsável por fiscalizar a atuação de promotores e procuradores, decidiu ontem aplicar pena de advertência ao procurador Deltan Dallagnol, coordenador da força-tarefa da Lava Jato em Curitiba (PR).

A decisão foi tomada em julgamento definido por 8 votos a 3 a favor da punição.

O conselho julgou um Processo Administrativo Disciplinar (PAD) contra o procurador por críticas a ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) durante entrevista a uma rádio.

Na ocasião, Deltan afirmou que ministros do STF estavam mandando uma "mensagem muito forte

de leniência a favor da corrupção" ao comentar a decisão que retirou do então juiz Sergio Moro, que cuidava da operação Lava Jato em Curitiba, trechos de delações contra o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o ex-ministro Guido Mantega. Moro hoje é ministro da Justiça.

O procurador se referia, sem nomear, aos ministros Dias Toffoli, Gilmar Mendes e Ricardo Lewandowski, que votaram a favor da decisão na Segunda Turma do STF.

Na entrevista à rádio CBN em agosto do ano passado, Deltan afirmou: "Os três mesmos de sempre do Supremo Tribunal Federal

que tiram tudo de Curitiba e que mandam tudo para a Justiça Eleitoral e que dão sempre os habeas corpus, que estão sempre formando uma panelinha assim que manda uma mensagem muito forte de leniência a favor da corrupção".

"Objetivamente, eu não estou dizendo que estão mal-intencionados nem nada, estou dizendo que a mensagem que as decisões mandam é de leniência", disse.

"E esses três de novo olham e querem mandar para a Justiça Eleitoral como se não tivesse indicativo de crime? Isso para mim é descabido", continuou Deltan, na entrevista.

8
CONSELHEIROS VOTARAM
A FAVOR DA
ADVERTÊNCIA

Solidariedade

Em nota assinada pelos 14 demais integrantes da força-tarefa em Curitiba, os procuradores manifestaram "solidariedade e amplo e irrestrito apoio" a Deltan.

O processo foi aberto em abril, após pedido do presidente do STF, Dias Toffoli.

Na prática, a pena de advertência equivale a uma crítica pública à conduta do procurador. Era a punição mais branda.

O CNMP entendeu que com as declarações sobre o STF o procurador deixou de cumprir dois deveres do cargo: "tratar com urbanidade as pessoas com as quais se relacione em razão do serviço" e "guardar decoro pessoal".

FELIPE RAU/AE



Dallagnol acusou ministros do Supremo de "leniência"

SECRETARIA DE PESSOAL,
ENSINO, SAÚDE E DESPORTO
HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS

MINISTÉRIO DA
DEFESA

PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL

PREGÃO ELETRÔNICO TRADICIONAL Nº 61/2019-HFA

Aviso de Abertura de Licitação

O objeto da presente licitação é a contratação de SERVIÇOS DE ENGENHARIA, compreendendo Serviços técnicos de engenharia destinados à substituição do atual Sistema de Climatização da Odontoclínica do HFA, por Sistema Central de Condicionamento de Ar, tipo Expansão Indireta (água gelada) com fornecimento de máquinas, equipamentos, materiais, peças, acessórios, ferramentas e mão de obra, incluindo serviços complementares de alvenaria, pintura, eletricidade e hidráulica, bem como de desmontagem e retirada de todos os componentes do atual sistema da Clínica de Odontologia do Hospital das Forças Armadas, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Cópia do Edital: Poderá ser adquirido no site: www.comprasgovernamentais.gov.br.

Abertura da sessão pública: 11 de dezembro de 2019, às 09:00h.

Endereço: Sítio <http://www.comprasgovernamentais.gov.br>.

Brasília - DF, 26 de novembro de 2019
KLADSON TAUMATURGO FARIAS - Cel
Ordenador de Despesas do HFA

JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 1ª Região

AVISO DE LICITAÇÃO Pregão Eletrônico n. 68/2019

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de limpeza e conservação nas dependências do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, Brasília-DF, conforme condições e quantidades constantes do Anexo I do Edital. DATA E HORÁRIO: 09/12/2019, às 14:00 horas. EDITAL à disposição dos interessados nos sites www.trf1.jus.br e www.comprasgovernamentais.gov.br. INFORMAÇÕES: Telefones (61) 3410-3411 ou 3410-3410 e e-mail: nulit@trf1.jus.br.

Elizete Ferreira Costa
Pregoeira